



UNIDADE E DIVERSIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA: ENTRE O MESMO E O DIFERENTE

Daiane Siveris¹

O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre o nosso objeto de estudo da dissertação, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (DCA)*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, publicado inicialmente em Portugal e posteriormente no Brasil. Nosso trabalho inscreve-se na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, de linha pechetiana, em articulação com a História das Ideias Linguísticas, tal como ambas vêm se desenvolvendo no Brasil.

Nessa esteira, apresentaremos as noções de dicionário, de prefácio e de língua, de modo que possamos explicitar algumas considerações a partir de duas noções muito caras ao nosso estudo - unidade e diversidade linguística - e que se relacionam com as três noções anteriormente citadas. Desenvolvemos nosso trabalho sobre essas duas noções basilares, pois, a partir delas, é possível entender a possibilidade de o diferente ser constitutivo do mesmo. Ao inscrevermo-nos na perspectiva teórica da Análise de Discurso na relação com a História das Ideias Linguísticas, cabe ressaltar que lugar é esse de onde falamos. Para tentar explicitá-lo, recorreremos aos estudos de Scherer (2008) que aponta três princípios para pensar sobre a noção de lugar.

O primeiro princípio, conforme a autora, toma por base os pressupostos teóricos de Lacan a partir dos quais se entende o lugar como estrutura simbólica em que “há lugar, há lugares: os lugares topológicos, os lugares na ordem da essência, e depois, há o lugar no mundo” (Ibid., p. 132). O segundo princípio proposto pela autora é pensar o lugar como domínios e fronteiras. Segundo Scherer (2008), abordar domínios e fronteiras é entender que as repetições têm certa regularidade. A partir disso, o lugar seria “fundante de domínio e de fronteira entre o histórico e o simbólico pela língua” (cf. Ibid., p. 132). No terceiro princípio, o lugar é tomado como “um jogo de força que procura manter uma certa regularização em um certo domínio” (Ibid., p. 132). Essa regularização é entendida como um espaço de estabilidade, pois, segundo a autora supracitada, as fronteiras atravessam as regularizações e o acontecimento irrompe nos domínios a cada nova circulação. Assim, ainda conforme a autora, não se pode tomar o lugar como algo estanque, delimitado por bordas que fixam as fronteiras e os domínios do conhecimento, mas ele deve ser tomado como um espaço móvel, de retomadas, deslocamentos e rupturas. Assim, o lugar em que nos inscrevemos e em que situamos o nosso trabalho é o de *entremeio* (Orlandi, 2002), cujas fronteiras não são delimitadas, mas fluidas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista Capes. Endereço eletrônico: daiasiveris@gmail.com



A partir disso, pensamos o domínio dicionarístico – lugar de retomadas, deslocamentos, rupturas² - como um conjunto de técnicas (Auroux, 1992) que tem por objetivo a gramatização e a instrumentação de uma língua. Assim, consideramos o dicionário como um instrumento linguístico resultante do processo de gramatização que constitui a segunda revolução tecnológica nas ciências da linguagem (Id.). O processo de gramatização das línguas do qual fala o autor refere-se à produção de dicionários e gramáticas das línguas existentes, tomando por base a tradição greco-latina. A partir do que nos aponta o autor supramencionado, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.” (Ibid., p. 65). Destacamos, ainda, que a gramatização está relacionada “a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas” (Ibid., p. 74). Contudo, não corresponde a uma transferência independente da cultura de cada povo, pois se deve levar em conta a situação dos sujeitos.

O instrumento linguístico, seja ele a gramática, seja o dicionário, representa a relação dos falantes com a sua língua, atribuindo a esta uma realidade histórica e social e garantindo sua unidade imaginária, conforme afirma Orlandi (2002a). Além de entendermos o dicionário como um instrumento linguístico e um objeto histórico, também o compreendemos como um discurso (Ibid.). Segundo a autora, os dicionários são textos produzidos em certas condições e seu processo de produção está vinculado ao imaginário que temos da língua a ser dicionarizada, normatizada.

Orlandi (2002a) afirma ainda que, muitas vezes, o dicionário é tomado como o espaço que contém todas as palavras de uma língua, ele é entendido como o lugar da completude. Essa completude, conforme a autora, pode se dar por meio de exemplos de autores consagrados, bem como através da remissão de um verbete a outros verbetes. Esse funcionamento é garantido pela noção de língua imaginária (Orlandi, 2009). A língua imaginária é entendida como a língua sistema, fixada em regras e normas, a língua sistematizada, a língua gramatical, a língua que dá unidade à linguagem, a língua das gramáticas e dos dicionários. É isso que assegura o funcionamento dos instrumentos linguísticos, ou seja, a imagem de que eles são completos, que comportam todas as palavras que uma língua pode conter.

Quando se fala de instrumentos linguísticos, a relação que se instaura, em geral, é de estabelecer e fixar uma língua; esses são dois momentos na constituição da nacionalidade de um território. Esses dois momentos não podem excluir a história e a memória dos sujeitos e de suas línguas. Esses processos de estabelecimento e fixação se consolidam para acelerar a construção de uma identidade nacional una e indivisa (Silva, 1996). Entretanto, as marcas da língua outra (que não a

² Pode-se afirmar que o domínio dicionarístico é um lugar de retomadas, deslocamentos e rupturas a partir do trabalho que vimos desenvolvendo, embasados nos estudos realizados por Nunes (2006) sobre dicionários. Mais adiante, pode ser observado que o dicionário não se constitui apenas como um objeto normativo, daí podermos falar de retomadas, deslocamentos e rupturas.



portuguesa) também aparecem no dicionário, estejam elas se mostrando ou se escondendo por um silenciamento/ocultação de sentidos.

Conforme Petri (2010), a língua é uma “questão nacional, e, por isso, interessa ao Estado uma homogeneização pedagogicamente instituída para que se possa ensinar e aprender a língua nacional, apagando-se as diversidades” (p. 22), o diferente. Porém, esses mesmos dicionários que buscam a normatização, também apresentam saberes outros, isto é, saberes que são da ordem do local, do regional e do nacional.

Assim como Petri (Ibid.) afirma que a língua é uma questão nacional, Silva (2003) ressalta também que o dicionário é um objeto de representação da nacionalidade, na medida em que “legitima uma língua nacional, ao registrar as formas, os usos e os sentidos” (p. 110). O sujeito tem o imaginário de que o dicionário é o espaço em que se pode reunir e conter todos os sentidos possíveis de uma língua. No entanto, esse é apenas um efeito de completude (Orlandi, 2002), uma ilusão necessária ao sujeito para que este possa se constituir enquanto tal na relação com a sua língua.

Na medida em que se tem o “efeito da completude da representação da língua” (Ibid., p. 103) no dicionário, esse instrumento linguístico é tomado, muitas vezes, como um objeto normativo, um espaço sem falhas, sem faltas, sem equívocos; o “espaço imaginário da certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição” (Nunes, 2006, p. 11); é o lugar do saber instituído, imutável. Quando o dicionário é abordado como o lugar dos saberes instituídos, prontos, já dados, um lugar de certezas sobre a língua, sem espaço para o sentido outro, ele caracteriza-se por ser um objeto normativo que

divide o real da língua para compor sua unidade que, no caso da língua portuguesa, é a unidade de língua de Estado, de língua nacional. Língua esta dividida pelo fato da colonização, o que faz com que a história da lexicografia no Brasil compreenda obras da lexicografia lusitana, e com que nas obras brasileiras o dizer sobre a língua seja determinado pela relação com Portugal (OLIVEIRA, 2006, p. 18).

A partir dessa citação, entendemos que o dicionário, enquanto instrumento linguístico e normativo, diz respeito também à formação dos Estados nacionais. É a partir da tentativa de conter os sentidos da/na língua que se visa à unidade de um povo, de uma nação. Referente à língua portuguesa do Brasil, arriscamos dizer que essa unidade é buscada na relação com a língua portuguesa de Portugal, pois, conforme afirma Oliveira (2006), grande parte das obras brasileiras tem seu dizer na/sobre a língua determinado pela relação com Portugal – e, acrescentaríamos, através do processo de colonização/descolonização linguística, constituindo imaginariamente o mesmo, a mesma língua.

Entretanto, o funcionamento do dicionário não se dá somente como um objeto de normatização. Ele é, antes de tudo, na linha teórica a qual nos filiamos, um objeto histórico e simbólico que possibilita compreender o funcionamento da ideologia no modo como os sujeitos produtores da linguagem se relacionam com a língua. Além disso, ainda em relação à definição de dicionário na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, destacamos o que afirma Garcia (2007), ou seja, que “os dicionários e as



gramáticas são objetos de conhecimentos determinados sócio-historicamente” (p. 1). A partir do que a autora explicita nessa passagem, entendemos que os dicionários são instrumentos linguísticos que se relacionam com a sociedade e a história, sendo não só determinantes dessas relações, como sendo também determinados por elas.

Nunes (2006), ao tratar o dicionário como discurso, afirma que esse tem uma história, “ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos” (p. 18). O dicionário é o espaço de circulação de sentidos outros, um lugar em que se dá a relação língua-sujeito-história. Na Análise de Discurso, sujeito e sentido se constituem simultaneamente, logo, no dicionário, os sentidos também são tomados na relação indissociável com os sujeitos.

Ao aliar a perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas à da Análise de Discurso, Nunes (2006a) ressalta que o dicionário, e também a gramática, são vistos como “unidades textuais. Isso conduz a examinar o estatuto desta unidade, de um lado, na história do saber lingüístico e, de outro, enquanto indício de discursividades.” (p. 8). Ou seja, entende-se que o dicionário é analisado como tendo um lugar na história do conhecimento linguístico, bem como se constitui como o lugar de observação dos modos de produção de sentidos, nos quais intervêm filiações teóricas e a memória discursiva.

Além disso, o autor aponta que o dicionário considerado como um instrumento linguístico é uma “alteridade para o sujeito falante, alteridade que se torna uma injunção no processo de identificação nacional, educação e divulgação de dicionários” (Nunes, 2006, p. 43). O dicionário se configura como um objeto simbólico exterior ao sujeito, o qual faz parte da relação que este sujeito mantém com sua língua, logo, temos a diversidade, o diferente, a língua portuguesa do Brasil, e a unidade, o mesmo, a língua portuguesa de Portugal, pois cada sujeito estabelece diferentes relações com sua língua.

Isso remete ao que afirma Auroux (1992) sobre a gramática e o dicionário. Este autor aponta que

a gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües (Ibid., p. 69).

Entende-se, a partir da citação, que a produção de instrumentos linguísticos altera as práticas linguísticas dos sujeitos, modificando também a relação desses com sua língua. É a partir disso, então, que o autor mencionado desenvolve o conceito de gramatização.

Conforme já afirmamos anteriormente, os dicionários monolíngües, caso do nosso trabalho, constituem o que Auroux (1992) denomina de segunda revolução tecnológica nos estudos da linguagem, isto é, a da gramatização. Com esse processo de gramatização das línguas, começam as mudanças quanto aos estudos lexicográficos. Segundo o autor, a lexicografia tem início com listas temáticas de



vocabulário, as quais constituem os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. Após, surgem as listas de palavras antigas e difíceis, que existem desde os gregos. Dando sequência a essas produções, surgem os glossários mono, bi ou n-lingues (Ibid.); esses glossários são instrumentos usados, inicialmente, para o ensino e aprendizagem do latim como segunda língua. Os dicionários monolíngues, tal como os conhecemos hoje, aparecem mais tarde. Auroux (1992) pontua que

O dicionário monolíngüe de uso dos nacionais, cujas entradas, pelo viés das definições, ligam-se entre si, é herdeiro incontestado desse trabalho lexical, mas corresponde a uma outra finalidade prática que é a mesma da gramatização das línguas nacionais: a normatização dos idiomas (Ibid., p. 73).

Nunes (2001) afirma que “a língua nacional portuguesa, uma vez consolidada, emerge mais claramente para os brasileiros como uma alteridade que eles incorporam ou distinguem conforme o caso” (p. 80), ou seja, os sujeitos falantes da língua portuguesa do Brasil podem não se identificar com essa língua portuguesa que eles encontram nos dicionários e que, em sua maioria, representa a relação que o sujeito português tem com sua língua. Isso se dá especialmente em relação às primeiras edições ainda publicadas em Portugal.

Ao encontro disso, temos a noção de heterogeneidade linguística, desenvolvida por Orlandi (1994). A autora apresenta essa noção mostrando que no Brasil e em Portugal fala-se a mesma língua, mas de forma diferente. Ou seja, ela considera a heterogeneidade linguística no sentido de que “joga em nossa língua um fundo falso em que o ‘mesmo’ abriga, no entanto, um ‘outro’, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’” (Ibid., p. 31). A língua portuguesa – o mesmo – parece ser a mesma em Portugal e no Brasil, mas não é, porque há “um outro” – a variedade brasileira no português de Portugal.

Petri e Surdi (2010), ao realizarem um estudo sobre a gramática, apontam para duas noções que tornam possível entender os instrumentos linguísticos como objetos normativos e também como espaço de funcionamento do sentido outro. Essas noções são designadas pelas autoras como “mesmo” e “diferente”. Quando fazem “referência ao diverso, ao heterogêneo, ao variado, ao mutável” (Ibid., p. 1), utilizam o termo “diferente” e, quando se referem ao que é da “ordem do homogêneo” (Ibid., p. 2), empregam o termo “mesmo”. Ao buscarmos nessas autoras as noções de *mesmo* e de *diferente*, observamos que o *DCA* não difere muito em relação à gramática analisada por elas. Explicitemos nosso ponto de vista. Qualquer que seja o instrumento linguístico – gramática ou dicionário – em nosso entendimento, constitui-se enquanto objeto normativo, centrado na busca pela unidade da língua. Assim, “a gramática [e o dicionário] é (são) resultado de um projeto de unicidade/unidade da língua, mas ela não é imune às características próprias da língua que comporta o mesmo e o diferente” (Ibid., p. 11). Partimos do princípio de que no instrumento linguístico *DCA* também se estabelece a relação entre o *mesmo* e o *diferente*, uma vez que se observa, nas edições brasileiras, uma língua veiculada que segue os moldes



da língua portuguesa de Portugal, mas também uma língua que é atualizada em território brasileiro e, por isso, submetida a padrões brasileiros.

Quando se desenvolve um trabalho de análise do domínio dicionarístico, sob a perspectiva discursiva, leva-se em conta a historicidade e os sentidos que perpassam a constituição das discursividades. Desse modo, estabelecemos como recorte de análise em nossa dissertação o domínio dicionarístico *prefácio*, pois é a partir dele que se pode analisar as condições de produção, as quais nos possibilitam relacionar as noções de unidade e diversidade linguística às noções de mesmo e diferente. Na perspectiva discursivista em articulação com a História das Ideias Linguísticas, entendemos que o prefácio seja um texto de apresentação; um texto que antecede o principal. É o lugar em que é possível observar as condições de produção do discurso, o sujeito que produz o texto em sua totalidade, as concepções teóricas que permeiam a obra e também a imagem dos sujeitos leitores desse instrumento linguístico.

Segundo Nunes (2006, p. 33), “sem esses textos introdutórios, o dicionário perde grande parte de sua historicização”. Sendo assim, o prefácio constitui-se como o lugar em que se pode conhecer a história, o momento de produção, o sujeito que o produz, o público leitor da obra. No caso específico de nosso trabalho, os prefácios das diferentes edições do dicionário vão atualizando sentidos, sejam eles sobre a língua, sejam sobre os sujeitos produtores.

Conforme afirma Petri (2009), o prefácio tem um funcionamento muito próprio, ou seja, ele antecede o texto ou a obra que vem na sequência. Além disso, a autora pontua que “nele está contido o que pode e o que não pode ser dito, bem como nele se revelam marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo” (p. 330).

Entendemos, com isso, que a atualização do *DCA*, no Brasil, esteja relacionada à aprendizagem de uma língua vinculada a interesses práticos, pois o *DCA* se configura como um método de colonização; busca descrever e instrumentar uma língua portuguesa tomando-se os moldes da língua de Portugal; visa incluir brasileirismos e gravuras que remetem ao Brasil para que sentidos sejam atualizados. Além disso, a publicação/atualização do *DCA* explicita que os interesses da circulação desse instrumento linguístico estejam centrados *na organização e regulação* da língua portuguesa no/do Brasil, tendo como pressuposto a possibilidade de expandir uma língua a diferentes territórios a partir de teorias que os instrumentos linguísticos veiculam e que, nesse caso, estão mais direcionadas aos interesses portugueses do que aos dos brasileiros.

Referências

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli. Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Discurso lexicográfico: os dicionários no século XIX. In: *Anais do SETA – Seminário de Teses em Andamento*, 2007.



NUNES, José H. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, Eni. Puccinelli. (org.) *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

_____. Projeto Documentação linguística: arquivo, instrumentação, divulgação. In: *Trabalhos de Análise de Discurso*. Nº 3. São José do Rio Preto: IBILCE/UNESP, 2006a.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes, RG, 2006.
ORLANDI, Eni P. A língua brasileira. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Nº 23. Jan/jun de 1994.

_____. A análise de discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Nº 42. Campinas, Jan./Jun. de 2002.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.

PETRI, Verli. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro.; MITTMANN, Solange. (orgs.) *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.

_____. Os dicionários merecem que lutemos por eles. In: PETRI, Verli. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2010.

_____; SURDI, Márcia Ione. Língua: o “diferente” no interior do mesmo na gramática. In: *Revista de Letras*. Nº 12. 2010. Disponível em www.dacexutfpr.edu.br/12. Acesso em 16 de junho de 2011.

SCHERER, Amanda E. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. (orgs.) *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (orgs.) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. Instrumentos linguísticos: língua e memória. In: *Letras*. Nº 27. Santa Maria: UFSM, 2003.